

AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE CARUARU: COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO OU FACULTATIVO?

PHYSICAL EDUCATION CLASS ON HIGH SCHOOL IN CARUARU'S STATE PUBLIC SCHOOLS: COMPULSORY CURRICULUM COMPONENT OR AN OPTIONAL?

Wallacy Milton do Nascimento Feitosa*
Rafael Miranda Tassitano**
Maria Cecília Marinho Tenório***
Alexandre Albuquerque****
Fernando José Pereira Sá Guimarães*****
Antônio José de Lima Neto*****

RESUMO

O objetivo do estudo foi investigar o contexto das aulas de Educação Física em uma amostra representativa, selecionada por conglomerado em dois estágios, de estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de Caruaru/PE. Foram entrevistados 600 estudantes através de um questionário previamente validado. Foi investigada a participação, oferta, conteúdo e dispensa das aulas. Os dados foram analisados no SPSS 15.0, sendo utilizados os testes de qui-quadrado e qui-quadrado para tendência ($p < 0,05$). Nas escolas que oferecem as aulas, apenas 37,6% dos alunos participam, enquanto os demais afirmaram ser dispensados, embora, por lei, apenas 34% deles pudessem ser dispensados. Somente 14,3% das aulas são ofertadas no turno escolar, e quando são ofertadas fora do turno, a participação se reduz significativamente, além de aumentar o número de dispensas não previstas por lei. Mesmo sendo componente curricular obrigatório, observou-se que a Educação Física Escolar perdeu o *status* de disciplina e tornou-se facultativa na prática.

Palavras-chave: Educação Física. Treinamento. Estudantes. Adolescente.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas a Educação Física Escolar (EFE) brasileira vem passando por um processo de muitas análises e investigações sobre o seu papel dentro da educação formal, seja no tocante à discussão dos conteúdos, seja no que se refere à sua condição de componente curricular na educação básica (BRASIL, 1996; BRASIL, 2001; BRASIL, 2003; FERRAZ, 2001; NAHAS et al., 1995; OLIVEIRA et al., 2000; PEREIRA et al., 2004). Ao longo das últimas décadas, diversos autores têm investigado as abordagens e a sistematização dos

conteúdos para a formação do indivíduo durante os anos de escolarização, justificando assim sua importância (FERRAZ, 2001; NAHAS et al., 1995; OLIVEIRA et al., 2000; PEREIRA et al., 2004).

É consenso, tanto na literatura nacional quanto na internacional, a importância da disciplina inserida na escola para o processo de educação e formação dos jovens. Desenvolvimento físico e motor (EMMANOUEL et al., 1992; BOYLE-HOLMES et al., 2009), desempenho escolar (TUDREAU et al., 2008), inserção social (FERRAZ et al., 2001) e aspectos relacionados à

* Mestre. Departamento de Educação Física da Faculdade ASCES.

** Mestre. Departamento de Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

*** Mestre. Departamento de Educação Física da Universidade Federal Rural de Pernambuco.

**** Especialista. Departamento de Educação Física da Faculdade ASCES.

***** Doutor. Departamento de Educação Física da Universidade de Pernambuco.

***** Discente do Programa de Pós-graduação em Educação Física da UPE/UFPB.

saúde (TASSITANO et al., 2010; NAHAS et al., 1995) são alguns exemplos relevantes na formação da criança e adolescente e estão bem-documentados.

No final da década de 90 o Comitê Olímpico Internacional (COI) conduziu um levantamento em 126 países, com o objetivo de investigar a regulamentação da educação física nas escolas a percepção dos professores, aos conteúdos desenvolvidos e ao seu status como componente curricular na escola. Em 71% dos países a EFE está regulamentada e inserida na educação básica (HARDMAN, 2000).

No Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB), a Educação Física integrada à proposta da escola é componente curricular da Educação Básica, mas é facultativa nos cursos noturnos e, além disso, deve ajustar-se às faixas etárias e às condições da população escolar (BRASIL, 1996). Em 2001 houve uma mudança no texto, sendo acrescentado o termo “obrigatório” após a expressão “componente curricular” (BRASIL, 2001). Entretanto em 2003 uma nova alteração tornou facultativa a participação de alunos que trabalhem por mais de seis horas por dia, tenham idade de 30 anos ou mais, tenham prole ou algum problema médico que lhes impossibilite a participação (BRASIL, 2003). Entre os rapazes, aqueles em idade para o serviço militar também são dispensados por lei.

Não obstante, ao longo dos anos parece ter diminuído a participação dos alunos, sobretudo do Ensino Médio e no turno noturno, mesmo em situações que não se encontram dentro dos critérios de dispensa legal (BRASIL, 2003). Apesar de ser regulamentada e inserida na Educação Básica em grande parte dos países, é consenso que a EFE tem perdido o *status* de disciplina na escola, por diversos fatores, como os de ordem administrativa, estrutural (BETTI, 1995), de oferta (DARIDO, 1999) e de sistematização dos conteúdos (BARBIERI; PORETTI; MELLO, 2008).

Ante a urgente necessidade de discutir e refletir sobre aspectos que permeiam diretamente a oferta e participação dos alunos nas aulas de Educação Física, sobretudo no Ensino Médio da rede pública do Brasil, o presente estudo tem como objetivo investigar: (a) a participação dos alunos nas aulas de Educação Física, (b) como as aulas são ofertadas; (c) o conteúdo das aulas; (d) e por fim, os motivos relacionados à dispensa da disciplina, por questões

legais, de estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do município de Caruaru/PE.

MÉTODOS

O presente estudo, e de caráter descritivo-transversal, foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Associação Caruaruense de Ensino Superior, sob o protocolo número 44/2007, sendo aprovado em julho de 2007. Todos os aspectos éticos previstos na Resolução 196/96 do Conselho Nacional da Saúde foram respeitados. Além disso, a presente pesquisa teve a anuência da Secretaria da Educação e Cultura (SEDUC) do Estado de Pernambuco, que forneceu os dados referentes ao censo escolar (PERNAMBUCO, 2007).

O município de Caruaru está localizado na região do Agreste de Pernambuco, distante 120Km da capital do Estado, Recife. É considerado a “capital do Agreste de Pernambuco” e, segundo o censo de 2007, tinha 289.086 habitantes. O município é dividido geograficamente em três regiões - norte, centro, sul -, nas quais, segundo dados administrativos da SEDUC, existem 15 escolas públicas estaduais que oferecem o Ensino Médio (PERNAMBUCO, 2007). A população-alvo foi composta por alunos da rede pública estadual do Ensino Médio e totalizou 8.833 alunos.

Para o cálculo do tamanho amostral foram adotados os seguintes parâmetros: população ($n = 8.833$); intervalo de confiança de 95%; erro máximo tolerável de cinco pontos percentuais; efeito de delineamento amostral de 1,5; e por se trabalhar com um projeto amplo de investigação com diversos desfechos, a prevalência foi arbitrada em 50%.

Com base nesses parâmetros, o tamanho da amostra foi estimado em 541 sujeitos. Adicionalmente, prevendo-se eventuais recusas, decidiu-se multiplicar a amostra por 1,2, totalizando uma amostra final de 649 sujeitos. No processo de seleção da amostra foi considerada a distribuição proporcional de estudantes conforme a região geográfica do município, o tamanho da escola e o turno escolar (diurno e noturno). Alunos matriculados no período da manhã e da tarde foram agrupados numa única categoria (estudantes do período diurno).

A seleção da amostra foi por conglomerado em dois estágios, sendo todos os sorteios realizados de forma aleatória. No primeiro estágio, a unidade amostral foi a escola, sendo todas as escolas estaduais que oferecem o ensino médio de Caruaru consideradas elegíveis para participação no estudo. A seleção foi aleatória e os seguintes critérios de estratificação foram considerados: (a) densidade da escola e de estudantes em cada microrregião do município e (b) porte da escola (pequeno, médio e grande). A classificação adotada para determinar o porte da escola foi: grande – 500 alunos ou mais matriculados; média – entre 200 e 499 alunos; e pequenas – menos que 200 alunos.

No segundo estágio, todas as turmas (menor unidade amostral) das escolas sorteadas foram consideradas elegíveis para o estudo. A amostragem utilizada foi a aleatória simples, e como critério de estratificação, considerou-se a densidade de turmas em cada escola sorteada e do quantitativo de estudantes matriculados nos períodos diurno e noturno. Segundo o censo escolar, em 2007 cada turma do Ensino Médio tinha, em média, 41 alunos matriculados, e assim foram sorteadas 16 turmas de 8 escolas (58,6% do total de escolas) (PERNAMBUCO, 2007).

Para a coleta das informações utilizou-se o questionário intitulado “Comportamentos de Risco em Adolescentes Catarinenses (COMCAP)”, previamente validado em estudantes da rede pública de ensino brasileira (BARROS, 2004) e aplicado em um estudo piloto com uma população da mesma faixa etária, apresentando medidas de reprodutibilidade de moderadas a elevadas. O questionário abrange informações relacionadas ao estilo de vida do adolescente, sendo composto por uma sessão de informações gerais (sociodemográficas e relacionadas ao trabalho) e cinco sessões relacionadas à saúde (hábitos alimentares, atividade física, comportamentos de risco, comportamentos preventivos e percepção de saúde). A sessão referente à atividade física contém questões relacionadas às aulas de Educação Física, foco do estudo.

Os procedimentos adotados para a coleta dos dados foram: (a) contato prévio com os diretores para o envio dos termos de consentimento e agendamento da visita; e (b) treinamento dos procedimentos de coleta dos dados entre os avaliadores. A coleta dos dados ocorreu durante o

mês de outubro do ano de 2007 e envolveu todos os alunos presentes no dia das turmas sorteadas.

Para proceder ao levantamento das informações, inicialmente o pesquisador informava os objetivos da pesquisa, esclarecendo aos escolares que as informações fornecidas seriam mantidas em sigilo, não influenciariam seu desempenho escolar e só seriam utilizadas para fins de pesquisa. Além disso, os alunos foram orientados a não se identificarem em momento algum e assinarem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Na sequência, após a distribuição dos questionários, o pesquisador realizava uma leitura de cada pergunta, para que posteriormente os alunos respondessem às questões (entrevista coletiva). Em caso de dúvida, a leitura era interrompida e as dúvidas esclarecidas, conforme combinado previamente em treinamento interno. O tempo de aplicação do questionário variou entre 30 e 40 minutos.

As variáveis investigadas foram divididas em sociodemográficas (sexo, idade cronológica, estado civil, local de residência, morar com a família), relacionadas a questões econômicas (trabalho e renda familiar mensal) e à escola (oferta das aulas de Educação Física, série e turno). Em relação às aulas de Educação Física foi perguntado ao aluno se a escola oferecia aulas de Educação Física (sim, na grade curricular; sim, no contraturno escolar; e não), se o aluno frequentava as aulas de Educação Física (sim; não; não, sou dispensado). Perguntou-se à direção das escolas que não ofertavam as aulas o principal motivo da não oferta. Além dessas questões, foi incluída a questão aberta: “Cite três conteúdos de que você mais gosta e três de que você menos gosta nas aulas de Educação Física, em ordem de preferência”.

Os critérios de dispensa das aulas adotados foram aqueles previstos em lei: para os rapazes, ter prole, ter mais de 30 anos, trabalhar mais de 6 horas diárias e estar prestando serviço militar inicial ou, em situação de prática da educação física no exército; e para as moças, ter prole, ter mais de 30 anos e trabalhar mais de 6 horas diárias) (BRASIL, 2003). Não se investigou dispensa por motivos médicos devido a inviabilidade de coletar estas informações, pois a maioria das escolas não efetua o registro dos atestados de dispensa médica.

O procedimento de tabulação final dos dados foi efetuado por meio do programa *Epi Data* (versão 3.1). A fim de detectar erros na entrada de

dados, as informações foram redigitadas em outro computador. A partir do programa “VALIDATE” do *Epi Data* foi gerada um arquivo, contendo informações sobre os erros de digitação, a fim de corrigi-los e orientar o processo de revisão e limpeza do banco de dados. Após a checagem, os dados foram exportados para o programa de análise (SPSS, versão 15.0).

No plano de análise dos dados, algumas variáveis foram agrupadas e outras, criadas. A idade cronológica foi transformada em quatro categorias: 14-16, 17-18, 19-29 e 30 anos ou mais. O item “ter filho” foi dicotomizado em “sim” (independente da quantidade de filhos) e não. As variáveis trabalho e horas diárias de trabalho foram transformadas em uma única variável, sendo as categorias de resposta: não trabalho; trabalho menos de 6 horas diárias; e trabalho por 6 horas diárias ou mais.

Além destas, foram criadas outras duas variáveis: dispensa legal para rapazes e dispensa legal para as moças, agrupando-se as informações relacionadas à dispensa legal, a fim de identificar a proporção de estudantes que foram dispensados por motivo não previsto por lei. Para as questões abertas foi realizado um agrupamento das respostas fornecidas pelos estudantes para que estas pudessem ser apresentadas em forma de frequência e proporção.

Nas análises descritivas foram utilizadas a distribuição de frequência para as variáveis categóricas e a média e desvio padrão para as variáveis contínuas. Nos testes inferenciais, as proporções foram comparadas pelo teste de qui-quadrado e qui-quadrado para tendência, quando necessário. Foi adotado um nível de significância de 5%.

RESULTADOS

Ao todo, 8 escolas e 16 turmas foram visitadas, conforme previsto na seção de métodos. Do total de estudantes que estavam presentes nos dias de coleta ($n = 624$), 24 se recusaram a participar (3,8%). A amostra final foi composta de 600 estudantes (62,5% de moças), com idade média e desvio padrão de 17,5 e 1,6, respectivamente.

Em sua maioria, os estudantes relataram ser (as), sem filho, que residiam com a família, na zona urbana, e que trabalhavam. O tempo médio diário e desvio padrão entre aqueles que relataram trabalhar

foi de $6,8 \pm 1,8$. As demais informações sociodemográficas e relacionadas à escola estão apresentadas na Tabela 1.

Tabela 1 - Distribuição sociodemográfica econômica e relacionado a escola dos estudantes.

Variáveis	Rapazes		Moças		Todos	
	%	n	%	n	%	n
Faixa etária						
15	6,2	14	11,5	43	9,5	57
16	19,0	43	22,5	84	21,2	127
17	27,4	62	22,7	85	24,5	147
18	18,1	41	20,3	76	19,5	117
19	14,6	33	11,0	41	12,3	74
20	14,6	33	12,0	45	12,3	78
Estado civil						
Solteiro	97,3	219	94,0	353	95,2	572
Casado	0,4	1	3,3	12	2,2	13
Outro	2,2	5	2,7	10	2,5	15
Filho						
Não	97,3	219	95,7	358	96,3	577
Um filho	2,7	6	3,2	13	3,0	19
Dois filhos	0	0	1,1	4	0,7	4
Local de residência						
Rural	10,9	24	10,6	40	10,7	64
Urbana	89,1	201	89,4	335	89,3	536
Mora com a família						
Sim	97,3	219	95,1	356	95,9	575
Não	2,7	6	4,9	19	4,1	25
Trabalho ^a						
Sim	70,6	159	57,8	216	62,6	375
Não	29,4	66	42,2	159	37,4	225
Horas de trabalho diário ^{a,b}						
Menos de 6 horas	28,5	46	48,9	105	40,1	151
6 horas ou mais	71,5	113	51,1	110	59,9	224
Renda familiar mensal						
Até R\$ 500,00	37,3	85	38,2	142	37,8	227
R\$ 501,00 – R\$ 1.000,00	30,0	69	36,5	135	34,0	204
R\$ 1.001,00 – R\$ 2.000,00	20,5	46	19,5	73	19,9	119
R\$ 2.001,00 ou mais	12,3	27	5,8	23	8,3	50
Série escolar						
1° série	44,1	101	49,1	183	47,3	284
2° série	31,9	73	31,3	116	31,5	189
3° série	23,9	53	19,6	74	21,2	127
Turno ^a						
Diurno	35,3	80	50,3	188	44,7	268
Noturno	64,7	145	49,7	187	55,3	332

a - $p < 0,05$ para teste de verossimelhança; b- Análise considerando apenas os estudantes que trabalham.

Cerca de três em cada dez estudantes (29,3%) relataram frequentar as aulas de Educação Física semanalmente, enquanto que a grande maioria deles não as frequentam (61,6%), ou por serem dispensados (46,8%) ou porque a escola não oferta as aulas (21,6%). Considerando-se apenas os alunos que estudam em escolas que oferecem as aulas, observou-se que 37,6% as frequentam. Verificou-se

ainda que 14,3% as oferecem na grade curricular e 85,7%, no contraturno escolar.

Verificou-se uma associação significativa entre a não participação, por motivo de dispensa, em aulas de Educação Física, e as variáveis: faixa etária, local de residência, morar com a família, trabalho, turno escolar, série escolar e oferta de aulas de Educação Física. Os estudantes de idade entre 19 e 29 anos que residem na zona rural e não moram com os pais, os que trabalham e os que estudam no período noturno, apresentam uma menor participação em aulas de Educação Física, quando comparados com os mais jovens, os residentes na zona urbana, os que moram com os

pais, os que não trabalham e os que estudam do período diurno. Não foi observada diferença significativa para as variáveis sexo, filho e renda familiar mensal.

Observou-se ainda uma associação de tendência linear entre as aulas de educação física e série escolar. A frequência de participação se reduz significativamente do 1º para o 2º e do 2º para o 3º anos do Ensino Médio. Quando as aulas são oferecidas na grade curricular, a participação dos alunos foi maior, bem como a proporção de alunos com dispensa foi significativamente menor, conforme mostra a Tabela 2.

Tabela 2 - Associação entre aulas de Educação Física com a variável sociodemográfica e as relacionadas à escola.

Variáveis	Sim		Não, sou dispensado (a)	
	%	n	%	n
Sexo				
Masculino	34,6	62	65,4	117
Feminino	39,5	115	60,5	176
Faixa etária				
14 – 16	61,0	94	39,0	60
17 - 18	31,3	63	68,7	138
19 - 29	18,4	121	81,6	93
30 anos ou mais	0	0	0	0
Filho				
Não	36,5	38	63,5	66
Sim	46,7	8	53,3	9
Local de residência				
Rural	24,1	13	75,9	41
Urbana	39,5	164	60,5	251
Mora com a família				
Sim	38,4	174	61,6	279
Não	11,8	2	88,2	15
Trabalho ^a				
Não	54,4	165	45,6	85
Sim, menos de 6 horas	40,9	52	59,1	75
Sim, 6 horas ou mais	13,6	21	88,4	133
Renda familiar mensal				
Até R\$ 500,00	40,6	69	59,4	101
R\$ 501,00 – R\$ 1.000,00	32,7	53	67,3	109
R\$ 1.001,00 – R\$ 2.000,00	35,9	35	61,1	55
R\$ 2.001,00 ou mais	43,2	16	56,8	21
Turno ^a				
Diurno	66,5	153	33,5	77
Noturno	8,6	20	91,4	213
Série escolar ^b				
1 série	50,7	116	49,3	113
2 série	25,6	34	74,4	99
3 série	17,4	15	82,6	71
A escola oferece aulas? (n = 600)				
Sim, na grade escolar	45,9	28	54,1	33
Sim, contra turno	37,4	148	62,6	275

a- $p < 0,05$ para teste de verossimilhança; b- $p < 0,05$ teste qui-quadrado para tendência linear

Nas Tabelas 3 e 4 estão apresentados os resultados das atividades de que os alunos mais gostam e menos gostam nas aulas de Educação Física, estratificados por sexo. Futebol foi a atividade mais relatada tanto entre as atividades de que os alunos mais gostam quanto entre aquelas de que os alunos menos gostam. Observou-se uma maior proporção de moças que relataram preferir a prática do voleibol e exercícios físicos em geral, enquanto os rapazes preferem o futebol.

Tabela 3 - Atividades das quais os(as) alunos(as) mais gostam nas aulas de Educação Física.

Atividades	Rapazes		Moças		Todos	
	%	n	%	N	%	n
Futebol ^a	65,5	38	22,8	26	37,2	64
Basquete	6,9	4	4,4	5	5,2	9
Handebol	8,6	5	7,9	9	8,1	14
Voleibol ^a	6,9	4	37,7	43	27,3	47
Exercícios físicos em geral ^a	12,1	7	27,2	31	22,1	38

a - $p < 0,05$ entre o sexo

Em relação as atividades das quais os estudantes menos gostam, verificou-se uma proporção significativa de moças que relataram não gostar do futebol em comparação aos rapazes. Foi observado o oposto na atividade de voleibol (Tabela 4).

Tabela 4 - Atividades que os alunos(as) menos gostam nas aulas de educação física.

Atividades	Rapazes		Moças		Todos	
	%	n	%	N	%	n
Futebol ^a	32,1	18	63,0	68	52,4	86
Basquete	17,9	10	11,1	12	13,4	22
Handebol	8,9	5	4,6	5	6,1	10
Voleibol ^a	28,6	16	10,2	11	16,5	27
Exercícios físicos em geral	12,5	7	11,1	12	11,6	19

a - $p < 0,05$ entre o sexo

Ao todo, 296 estudantes de escolas que ofertam aulas relataram não participar por serem dispensados. Foi realizado um cruzamento de informações entre a opção de resposta “sou dispensado (a)” e as informações que justificam por lei a dispensa dos alunos (com exceção da dispensa médica). Observou-se que 66,0% dos estudantes não se

encaixam em nenhum destes critérios de dispensa previstos por lei. Verificou-se ainda que a proporção de rapazes que apresentam justificativa (estar prestando serviço militar inicial ou, em situação similar, estar obrigado à prática da Educação Física, ter prole, ter mais de 30 anos e trabalhar 6 horas diárias ou mais) é significativamente maior em comparação à dispensa justificada das moças (ter prole, mais de 30 anos e trabalhar mais de 6 horas por dia).

Quando estratificadas as análises pela forma de oferecimento (no turno ou contraturno) das aulas de Educação Física, constatou-se que a proporção de dispensas justificadas de estudantes de escolas que oferecem aulas no contraturno escolar é significativamente inferior quando comparados com os que estudam em escolas que oferecem aulas na grade escolar. Quando as aulas são ofertadas no contraturno escolar, apenas 32% dos rapazes e 12% das moças de fato teriam uma dispensa prevista por lei, enquanto os demais foram dispensados por outros motivos, conforme mostra a Figura 1.

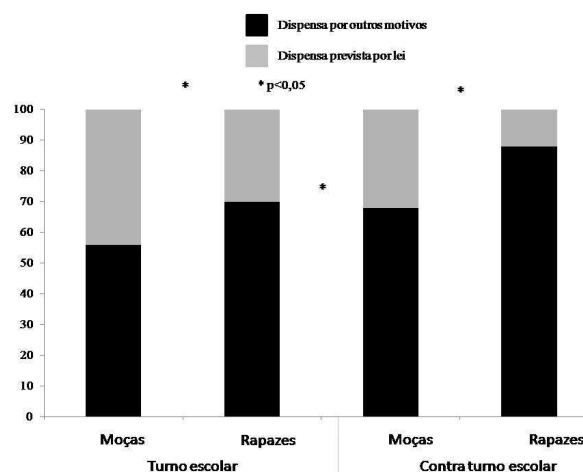


Figura 1 - Distribuição de dispensa justificada ou dispensa por outros motivos das aulas de educação física, estratificado pelo turno que as aulas são oferecidas na escola e pelo sexo (n = 296).

DISCUSSÃO

O presente estudo teve como objetivo investigar o contexto das aulas de Educação Física, a oferta dessa disciplina na escola, a

percepção dos alunos em relação às aulas e os motivos relacionados à dispensa legal, em estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de ensino do município de Caruaru/PE. O procedimento amostral permite afirmar que o tamanho da amostra foi representativo do número de escolas e de alunos matriculados no município. A coleta dos dados seguiu o planejamento, sendo respeitada a proporção de alunos matriculados por turno e porte da escola, o que permite dimensionar os resultados para a população de estudantes do Ensino Médio da rede pública estadual de Caruaru.

Apesar da regulamentação e inserção da EFE na Educação Básica em grande parte dos países, é consenso que a EFE tem perdido o *status* de disciplina na escola por diversos fatores (HARDMAN, 2000). A diferença de *status* da Educação Física observada entre os países e os estados brasileiros é reflexo da presença de um desses fatores ou da combinação de vários deles.

Apesar dos alunos e professores considerarem as aulas de Educação Física necessárias na Educação Básica (BETTI, 1995; BETTI, 2003; DARIDO 2004), a realidade nas escolas parece ser oposta, pois quando comparada a EFE com as demais disciplinas, os alunos e professores a consideram uma disciplina de menor importância para a formação (DARIDO, 2004; BETTI, 2003). Tal fato constitui um aspecto importante relacionado à perda de *status* da disciplina, como observaram Pereira e Moreira (2005) em um estudo com estudantes do Ensino Médio da rede particular de ensino de São Paulo. Aquele aluno que ao longo do bimestre tivesse faltado mais que o permitido poderia fazer uma pesquisa sobre um tema proposto para abonar as faltas, mas, segundo relato do autor, nem sempre o professor e a coordenação da escola cobravam a pesquisa (PEREIRA; MOREIRA, 2005).

No Brasil, este processo de perda de *status* pode ser explicado historicamente, visto que questões de ordem administrativa, estrutural, (BETTI, 1995; DARIDO, 1999), epistemológicas e de sistematização dos conteúdos (BARBIERI; PORETTI; MELLO,

2008) são elementos que contribuem para esta perda, sobretudo pelo que vem sendo relatado nas duas últimas décadas. Este processo culminou em que a EFE, mesmo sendo componente curricular obrigatório, torna-se facultativa em sua prática, principalmente no Ensino Médio.

No presente estudo, apenas 29,3% dos alunos relataram frequentar regularmente as aulas de educação física. Em comparação com dois levantamentos de representatividade estadual, esta proporção foi inferior à do Estado de Santa Catarina (54%) (BARROS, 2004) e semelhante à de um estudo realizado nas escolas públicas estaduais de Pernambuco (35%) (TASSITANO et al., 2010). Esta realidade também é inferior quando comparada a levantamentos realizados em outros países – por exemplo, a proporção de participação em aulas de Educação Física nos Estados Unidos é de 52% (CDC, 2004), e no Canadá, de 70% (CDC, 2007).

Além da baixa participação, observou-se ainda que 21,6% dos alunos não frequentam as aulas porque as escolas não as oferecem em pelo menos um turno, mesmo sendo a EFE componente curricular obrigatório. Os principais motivos foram a falta de professores/recursos durante o período de investigação (n = 1) e o fato de serem oferecidas no período noturno (n = 1).

Problemas de ordem estrutural nas escolas públicas estaduais de Pernambuco foram revelados em um relatório publicado em 2002 pelo Sistema de Avaliação Educacional de Pernambuco (SAEPE). Este relatório apontou que 55,8% das escolas públicas estaduais não possuem quadra ou ginásio, 35% os possuem, mas estão em péssimas condições, e apenas 9,2% apresentam condições satisfatórias (PERNAMBUCO, 2002).

Questões de ordem administrativa também influenciam este cenário, visto que, apesar do aumento significativo, verificado nos últimos anos, de cursos de formação de professor de Educação Física, ainda se observa a carência de professores formados no interior do país. Dados do INEP indicam um aumento de cursos de Educação Física da ordem de 300% entre 1991 e 2004 (UNGER et al., 2006), mas

em Pernambuco o aumento observado foi de 150%, sendo que parte dos novos cursos foi implementada nas capitais e em sua grande maioria na modalidade de bacharelado (UNGER et al., 2006).

Os fatores que estiveram associados à não participação nas aulas de Educação Física foram: faixa etária, local de residência, morar com a família, trabalho, turno, série escolar e como a escola oferta as aulas. Se por um lado se esperava que os alunos que trabalham não participassem das aulas, por outro, para os demais fatores esperava-se não haver diferença significativa. Houve menor participação entre aqueles mais velhos, os que não moram com os pais, os residentes na zona rural, os do noturno, os dos anos finais do Ensino Médio e nas aulas ofertadas no contraturno.

Nenhum estudante entrevistado tinha mais do que 30 anos, o que justificaria uma dispensa; entretanto, à medida que o estudante vai envelhecendo, sua participação nas aulas vai diminuindo, sendo observado que apenas 18,4% dos estudantes entre 19 e 29 anos frequentam as aulas. Os resultados observados com a variável “morar com a família” podem ser explicados pelo fato de a maioria dos estudantes que não moram com os pais, em geral são casados e com filho, o que se encaixa no critério de dispensa prevista por lei.

Uma discussão mais recente concerne à oferta das aulas no período noturno, cuja prática desde 2003 deixou de ser facultativa e passou a ser obrigatória, mas parece ainda vigorar a lei de 1996, que tornava facultativas as aulas neste turno. No presente estudo, uma escola de fato não oferece aulas no período noturno por entender que seja facultativo a sua oferta. Entretanto entre aquelas escolas que oferecem neste turno ($n = 7$), a percepção dos alunos é que as aulas sejam facultativas, pois apenas 8,6% as frequentam. Esta proporção é considerada baixa, mesmo sabendo-se que o perfil do estudante do turno noturno é o de trabalhador. O estudo de Oliveira (2000), realizado nas escolas de Maringá (PR), revela que entre os professores a motivação e intenção de trabalhar no

período noturno se devem mais à necessidade de complementar a carga horária (73,8%) e a renda (17,4%) do que pela vontade de trabalhar com um aluno de perfil trabalhador (4,4%) e pela diversidade do trabalho (4,4%). Estas informações sugerem que o ensino noturno da EFE e a percepção do aluno e da escola são diferentes em comparação com o dos demais turnos.

Outro aspecto a ser ressaltado e discutido é que a importância percebida da Educação Física entre os alunos e os professores parece reduzir-se do Ensino Fundamental para o Ensino Médio. Esse fenômeno pode estar relacionado à perspectiva do jovem brasileiro, ao ingressar no Ensino Superior, de profissionalizar-se e buscar emprego (DARIDO, 1999). Os resultados indicam que a participação nas aulas se reduz significativamente ao longo das séries do Ensino Médio (50,7%, 25,6% e 17,4%, respectivamente).

Após realizar uma combinação das respostas fornecidas pelos estudantes que relataram ser dispensados, observou-se que 34% dos alunos de fato poderiam ser dispensados por um ou mais motivos, ou seja, 66% daqueles que foram dispensados não se encaixam nos motivos previstos por lei. Apesar de não terem sido investigados os motivos de dispensa por questões médicas, os autores julgam que este motivo, isoladamente, não poderia representar esta proporção, visto que, se verdade, seria um problema de saúde pública.

Os resultados indicam outras duas questões que poderiam explicar a baixa participação dos alunos nas aulas, além das discutidas anteriormente. A primeira está relacionada ao conteúdo, que neste estudo foi investigado, e à percepção do aluno; a outra está relacionada à forma de a escola oferecer as aulas (no turno escolar e no contra turno).

A literatura evidencia que a sistematização dos conteúdos também constitui um fator determinante na participação dos estudantes. Evidências não somente do Brasil, mas também de outros países, indicam um predomínio da prática esportiva no conteúdo das aulas, o que

constitui uma barreira à participação de uma proporção significativa de alunos (SPORT ENGLAND, 2001, FAIRCLOUGH et al., 2005; GUEDES, 1997; SALLIS, 1997).

Esta percepção, no presente estudo, parece ser plausível, visto que a maior parte dos conteúdos citados esteve relacionada a uma modalidade esportiva coletiva (futebol, voleibol, basquete e handebol). Um dado interessante é que o futebol foi citado como o conteúdo do qual os alunos mais gostam (37,4%), e ao mesmo tempo, como o conteúdo de que menos gostam (52,4%). No estudo de Pereira e Silva (2004), realizado em escolas públicas e privadas do Rio Grande do Sul, foi verificado que 66,7% dos conteúdos das aulas abordavam o esporte, sendo o futsal o conteúdo mais frequentemente trabalhado (46,7%).

Em outro estudo, Pereira e Moreira (2005), observando 80 horas/aula, verificaram que 75% dos conteúdos das aulas foram relacionados ao esporte, o que segundo os autores, deixa a impressão que a educação física é sinônimo de esporte, o que corrobora o encontrado no estudo de Celante (2000), no qual raramente as aulas abordam conteúdos diferentes da habilidade esportiva ou a prática formal do esporte. A pesquisa de Pereira e Moreira (2005) ainda revelou que, na opinião de cerca de 57% dos alunos, os conteúdos atendem às suas expectativas, mas que 28,5% deles participam das aulas por serem obrigados. É necessário que outros estudos focalizem os conteúdos das aulas de Educação Física em uma perspectiva ampla, e não somente em práticas isoladas, para que se possa investigar a realidade da sistematização dos conteúdos de Educação Física na região de Pernambuco, sobretudo no Interior do Estado.

Outro aspecto importante, que deve ser discutido em futuros estudos é a forma de a escola oferece as aulas. Das aulas oferecidas pelas escolas, a maioria ocorre no contraturno escolar (85,7%), uma prática recomendada e observada na maioria das escolas públicas estaduais de Pernambuco. Independentemente do sexo, a participação nas aulas ofertadas no

contraturno é significativamente inferior à participação nas ofertadas no turno escolar.

Este resultado era previsto, visto que, por questões financeiras (passagem e almoço), é difícil para os alunos frequentar as aulas no contraturno. Por exemplo, cerca de 10% dos estudantes residem na zona rural e dependem de transporte coletivo, o que dificulta ainda mais a participação em aulas no contraturno. É reconhecidamente importante que as aulas estejam inseridas na grade curricular, por permanecerem de fato na proposta pedagógica da escola, pela facilitação do acesso, frequência, valorização e integração com as demais disciplinas.

Além disso, a proporção de estudantes que não frequentam as aulas por motivo de dispensa é significativamente maior quando as aulas são ofertadas no contraturno, independentemente do sexo. Apenas 12% das moças e 32% dos rapazes poderiam ser dispensados por motivos previstos por lei, quando as aulas são ofertadas no contraturno

CONCLUSÃO

Com base nos resultados, foi observado que a participação dos alunos nas aulas de Educação Física foi baixa, e que grande parte dos alunos relataram ser dispensados, principalmente, quando as aulas são ofertadas no contraturno escolar. Este cenário permite afirmar que, mesmo sendo a Educação Física componente curricular obrigatório, as aulas dessa disciplina ocorrem de forma facultativa, e que a oferta no contraturno escolar, mesmo sendo uma prática nas escolas, reduz a participação dos alunos. Apesar de ter sido outro o foco do estudo, os resultados mostram um cenário de perda de *status* da disciplina na escola, mesmo a literatura mostrando a importância da disciplina no processo de desenvolvimento da criança e do adolescente. Sugere-se uma discussão ampla do tema, não apenas investigando o conteúdo e a sistematização das aulas, mas discutindo prioritariamente as questões que permeiam sua oferta nas escolas.

PHYSICAL EDUCATION CLASS ON HIGH SCHOOL IN CARUARU'S STATE PUBLIC SCHOOLS: COMPULSORY CURRICULUM COMPONENT OR AN OPTIONAL?

ABSTRACT

The aim of this study was to investigate the context of physical education classes in a representative sample of high school students of public network schools in Caruaru/PE, selected by two-stage cluster sampling. 600 students were interviewed through a questionnaire, previously validated. Participation, offering, content and waiving classes were investigated. The data was analyzed in SPSS 15.0 using chi-square and chi-square for tendencies tests ($p < 0.05$). In the schools that offer the classes only 37.6% students participate and the remains claimed to be exempt. However, only 34% of the students qualified to be legally exempt. Only 14.3% of the classes are offered during regular school hours. Whenever classes are offered outside of regular school hours, the participation drops significantly, and the number of exemptions not provided by law increases. It has been observed that physical education has lost its class status, and in reality it has become optional despite being a mandatory curricular component.

Keywords: Physical Education; Training. Students. Adolescents.

REFERÊNCIAS

- BARBIERI, A. F., PORELLI, A. B. G., MELLO, R. A. Abordagens, concepções e perspectivas de Educação Física quanto à metodologia de ensino nos trabalhos publicados na Revista Brasileira de Ciência do Esporte (RBCE) em 2009. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 1, no.31, p. 223-240, 2008.
- BARROS, M.V.G. **Atividades físicas e padrão de consumo alimentar em estudantes do ensino médio em Santa Catarina**. 2004. 148 f. Tese de doutorado (Doutorado em Educação Física)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004.
- BETTI, M. A Educação Física não é mais aquela. **Motriz**: Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 1, no. 1, p. 81-83, 1995.
- BETTI, M., ZULIANI, L.R. Educação Física: uma proposta de diretrizes pedagógicas. **Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte**, São Paulo, v. 1, no. 1, p. 73-81, 2003.
- BOYLE-HOLMES, T. et al. Promoting elementary physical education: results of a school-based evaluation study. **Health Education Behavior**, 2009. No prelo.
- BRASIL. Lei n. 10.328, de 12 de dezembro de 2001. Introduz a palavra obrigatório após a expressão curricular, constante do parágrafo 3º artigo 26 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 23 dez. 2001. Seção 1, p. 1.
- BRASIL. Lei n. 10.793, de 01 de dezembro de 2003. Altera a redação do art. 26, parágrafo 3º, e art. 92 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2 dez. 2003. Seção 1, p. 3.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.
- CDC. Participation in high-school physical education – Ontario 1999-2005. **MMWR**, Local, v. 56, no.3, p. 52-54, 2007.
- CDC. Participation in high-school physical education – United States 1991-2003. **MMWR**, Local, v. 53, no.35, p. 844-847, 2004.
- CELANTE, A.R. **Educação física e cultura corporal: uma experiência de intervenção pedagógica no ensino médio**. 2000. 174 f. Dissertação de mestrado em Educação Física)-Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.
- DARIDO, S.C. A educação física na escola e o processo de formação dos não praticantes de atividade física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, SP, v. 18, n. 1, p. 61-80, 2004.
- DARIDO, S.C., GALVÃO, Z., FERREIRA, L.A., FIORIN, G. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz: revista de educação física**, Rio Claro, v. 5, n. 2, p. 138-145, 1999.
- EMMANOUEL, C.; ZERVAS, Y.; VAGENAS, G. Effects of four physical education teaching methods on development of motor skill, self-concept, and social attitudes of fifth-grade children. **Percept Motor Skills**, Athens, v. 74, no. 3, p.1151-1167, 1992.
- FAIRCLOUGH, S., STRATTON, G., BALDWIN, G. The contribution of secondary school physical education lifetime physical activity. **European Physical Education Review**, Driffield, v. 16, p. 145-150, 2002.
- FERRAZ, O. L.; MACEDO, L. Reflexões de professores sobre a educação física infantil incluindo o referencial curricular nacional. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.15, no. 1, p. 83-102, 2001.
- HARDMAN, K.; MARSHALL, J. The state and status of physical education in school in internacional context. **European Physical Education Review**, Driffield, GB, v. 6, no. 3, p. 203-229, 2000.
- NAHAS, M. V.; PIRES, M. C.; WALTRICK, A. C.; DE BEM, M. F. Educação para atividade física e saúde. **Revista Brasileira de Atividade Física e Saúde**, Florianópolis, v. 1, n.1, p. 55-65, 1995.

OLIVEIRA, A. A. B.; LISBOA, G. A educação física no ensino noturno das escolas públicas de Maringá. **Revista da Educação Física**, Maringá, v.11, n.1, p. 157-165, 2000.

PEREIRA, F. M.; SILVA, A. C. Sobre os conteúdos da educação física no ensino médio em diferentes redes educacionais do Rio Grande do Sul. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 15, n.2, p. 66-77, 2004.

PEREIRA, R. S.; MOREIRA, E. C. A participação dos alunos do ensino médio em aulas de educação física: algumas considerações. **Revista da Educação Física**, Maringá, v. 16, n. 2, p. 121-127, 2005.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. **Relatório do Sistema de Acompanhamento da Educação de Pernambuco**. Recife: Secretaria da Educação, 2002.

PERNAMBUCO. Secretaria de Estado da Educação e Cultura. **Censo escolar**: número de escolas por município, dependência administrativa e tipo de ensino, 2007.

SPORT ENGLAND. **Young people and Sport in England 1999**. London, 2001.

TASSITANO, R. M. et al. Health-related behaviors associated with enrollment in physical education among high school students in Brasil. **Journal of School Health**, Kent, v. 80, p. 126-133, 2010.

TRUDEAU, F.; SHEPARD, R. J. Physical education activity, school sports and academic performance. **International Journal of Behavioral Nutrition Physical activity**, London, v. 5, no. 10, p. 1-12, 2008.

UNGER, D. et al. Educação Física. In: Ana Estela Haddad (Org.). **A trajetória dos cursos de graduação na área de saúde**: 1991-2004. Brasília, DF: INEP, 2006. cap. 4, p. 87-139.

Recebido em 08/03/2010

Revisado em 12/07/2010

Aceito em 02/08/2010

Endereço para correspondência: Rafael Miranda Tassitano. Rua Teles Júnior, 33/501, Aflitos, CEP 52050-040, Recife-PE, Brasil. E-mail: rafael.tassitano@gmail.com